

# Patrões querem discutir OE com ministro das Finanças

**CONCERTAÇÃO** Confederações pedem reunião com Miranda Sarmento antes do facto consumado. Preocupações fiscais dominam.

TEXTO **CARLA AGUIAR**



Joaquim Miranda Sarmento, ministro das Finanças.

**A**s confederações empresariais querem conhecer o projeto de Orçamento do Estado do próximo ano, ainda em setembro, antes de ser um facto consumado. E aguardam a marcação de uma reunião com o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, em sede de Comissão Permanente de Concertação Social. A ideia é perceber as orientações do Orçamento do Estado de 2026 ainda a tempo de eventuais alterações, disseram ao DN os parceiros sociais.

O pedido foi feito logo no âmbito do primeiro encontro formal com o primeiro-ministro, Luís Montenegro, que, por inerência, preside ao Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS). “Na altura, houve abertura do Governo para que tal aconteça”, disseram ao DN o presidente da Confederação do Comércio e Serviços (CCP), João Vieira Lopes, bem como o presidente da Confederação do Turismo de Portugal (CTP), Francisco Calheiros. Agora, “esperamos que o documento não nos chegue tarde demais, quando já não há hipótese de mudar”, disse Francisco Calheiros. “Ultimamente só temos

quase discutido o salário mínimo na Concertação Social, com os Governos a não chegarem ao fim nos últimos três anos”, desabafou.

A bola do agendamento está do lado da ministra do Trabalho e da Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, a quem o chefe do Governo delegou a presidência da CPCS e que deverá voltar a reunir já a 10 de setembro para avaliar o anteprojecto de alterações ao Código do Trabalho.

Os temas que mais preocupam as confederações patronais são os relacionados com alterações fiscais. Para a CCP, tão ou mais im-

**Próxima reunião da Concertação Social será a 10 de setembro para avaliar alterações ao Código do Trabalho. Mas a presença do ministro das Finanças também é reclamada.**

portante do que a baixa nominal de um ponto na taxa de IRC – que “cerca de metade das empresas não paga” – seria a redução das chamadas tributações autónomas, uma reivindicação antiga, lembra João Vieira Lopes.

A Tributação Autónoma é a parte daquele imposto que incide sobre custos das empresas como os carros, os combustíveis ou as despesas de representação. E se é verdade que cerca de metade das empresas portuguesas não pagam IRC, “esta parte é paga por todas, sejam pequenas ou grandes, tenham ou não tido lucro”, observa João Vieira Lopes. E, acrescentou, “contribuem com 12% a 15% para a receita total de IRC”, acrescentou. “Isto de tributar despesas é uma idiossincrasia da fiscalidade em Portugal.” É justamente pela sua transversalidade que a CCP defende uma redução das tributações autónomas.

Para a CTP, além das questões fiscais e da legislação laboral, as preocupações recaem nas verbas para o Turismo de Portugal fazer promoção externa e no andamento das obras do aeroporto de Lisboa, bem como os prazos para o aeroporto de Alcochete.

## IHRU abre concurso para 75 casas com renda acessível

**HABITAÇÃO** Candidaturas podem ser submetidas até 5 de setembro, através dos canais digitais.

**O** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) abriu 12 concursos para a atribuição de 75 habitações com renda acessível no âmbito do Programa de Apoio ao Arrendamento (PAA), anunciou ontem o organismo público.

Os concursos, que foram lançados no dia 15 de agosto, integram casas de tipologias entre T1 e T4 e encontram-se localizadas em 12 concelhos do país: Aveiro, Bragança, Cinfães, Coimbra, Entroncamento, Figueira da Foz, Penafiel, Peniche, Porto, Santo Tirso, Vila Nova de Gaia e Vila Real.

Podem candidatar-se pessoas singulares ou agregados

habitação que cumpram os critérios de elegibilidade definidos pelo PAA, com destaque para o rendimento anual bruto. No caso de um agregado de uma pessoa, esta não pode exceder os 35 mil euros brutos. Já um casal não poderá ter rendimentos anuais brutos superiores a 45 mil euros.

As candidaturas podem ser submetidas até 5 de setembro deste ano, através da plataforma [ihrurrenda.portaldahabitacao.pt](http://ihrurrenda.portaldahabitacao.pt).

Os sorteios das candidaturas terão lugar a 16 e 17 de setembro, em ato público com transmissão *online* no canal de YouTube do IHRU.

**SÓNIA SANTOS PEREIRA**

## Carris chega a acordo com cinco sindicatos

**ACORDO DE EMPRESA** Carris vai contratar 200 pessoas, incluindo 183 tripulantes, para reforçar oferta.

**A** Carris concluiu a revisão do Acordo de Empresa para este ano, após alcançar um entendimento com cinco organizações sindicais representativas dos trabalhadores, anunciou esta segunda-feira, 18 de maio, a empresa de transporte de passageiros.

O acordo foi assinado com o Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes (Sitra), a Associação Sindical dos Trabalhadores da CARRIS e Participadas (ASPTC), o Sindicato Nacional de Motoristas e Outros Trabalhadores (SNMOT), o Sindicato dos Trabalhadores do Setor de Serviços (Sitiese) e o Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários e Urbanos de Portugal (Strup), integrado na Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunica-

ções (Fectrans), segundo explica a Carris, em comunicado.

Em abril, tinha já sido celebrado um acordo de atualização salarial para 2025, sendo que, segundo a empresa, o processo agora concluído “consagra a melhoria das condições de trabalho” e garante “paz social” para o próximo ano. “Muito positivo o facto de termos alcançado este acordo com todas as organizações sindicais, que garante a paz social”, afirmou o presidente do conselho de administração da Carris, Pedro Bogas, citado na nota.

A transportadora pretende ainda reforçar o seu quadro de pessoal, prevendo a contratação de mais de 200 trabalhadores, dos quais 183 serão tripulantes. **DN/LUSA**